

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1º Trimestre-2023

Sumário

1. Apresentação/ Competências

2. Demonstrações Contábeis

2.1 Resumo das Práticas Contábeis

2.2 Resumo dos Critérios e Políticas Contábeis

3. Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

4. Notas Explicativas aos Itens das Demonstrações Contábeis

1. Apresentação/ Competências

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, órgão da administração pública federal direta, teve sua Estrutura Regimental e o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança aprovados pelo Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.





COMPETÊNCIAS

Estabelecimento

- de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição;
- de normas para o cumprimento dos programas de financiamento relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO;
- de normas para o cumprimento das programações orçamentárias do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor;
- de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.

Planos, programas, projetos e ações

- de desenvolvimento regional;
- de gestão de recursos hídricos;
- de infraestrutura e garantia da segurança hídrica;
- de irrigação; e
- de proteção e defesa civil e de gestão de riscos e desastres.



PROTEÇÃO E
DEFESA CIVIL



DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TERRITORIAL



SEGURANÇA
HÍDRICA



FUNDOS E INSTRUMENTOS
FINANCEIROS

2. Demonstrações Contábeis - DCON

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CFC/NBC - TSP nº 11, de 18/10/2018, as demonstrações contábeis fornecem aos usuários informações sobre recursos e obrigações da entidade na data das demonstrações contábeis e sobre o fluxo dos recursos no período a que se refere as demonstrações. Essas informações são úteis para os usuários na realização de avaliações sobre a capacidade de a entidade continuar a fornecer bens e serviços a certo nível, bem como a quantidade necessária de recursos que devem ser fornecidos à entidade no futuro para que ela possa continuar a cumprir com suas obrigações de fornecer bens e serviços..

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª edição - Parte V) definiu os seguintes Demonstrativos Contábeis a serem publicados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Balanço Patrimonial

ATIVO	N.E.	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		74.566.866.772,49	69.191.621.137,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	32.918.708.385,33	28.258.015.236,80
Créditos a Curto Prazo	2	41.646.443.606,24	40.886.144.269,65
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		1.192,19	1.002,71
Estoques		1.587.620,49	46.984.953,09
VPDs Pagas Antecipadamente		125.968,24	475.674,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE		199.607.912.452,92	199.811.235.179,67
Ativo Realizável a Longo Prazo	3	180.477.375.024,45	177.121.404.393,86
Investimentos		21.280.902,99	21.303.598,53
Imobilizado	4	19.007.928.028,20	22.521.090.264,17
Intangível		101.328.497,28	147.436.923,11
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		274.174.779.225,41	269.002.856.316,78

PASSIVO	N.E.	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		8.544.557.704,94	12.703.491.493,58
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5	147.882.615,09	590.238.468,34
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6	806.541.253,68	594.079.085,35
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		28.863,41	95.875,78
Transferências Fiscais a Curto Prazo	7	1.541.072.872,69	4.843.689.216,61
Provisões a Curto Prazo		442,43	334.871.657,48
Demais Obrigações a Curto Prazo	8	6.049.031.657,64	6.340.517.190,02
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		78.493.877,98	3.344.455.382,11
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	9	24.413.307,23	2.916.320.495,12
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		3.605.000,00	18.703.207,35
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		50.471.087,96	409.292.724,06
Demais Obrigações a Longo Prazo		4.482,79	138.955,58
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		8.623.051.582,92	16.047.946.875,69

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social		4.294.750.463,70	12.680.131.173,99
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		1.383.524.800,04	1.413.711.828,95
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	29.308.055,96
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		22.541,56	1.205.763,50
Resultados Acumulados	10	259.873.429.837,19	238.830.552.618,69
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		265.551.727.642,49	252.954.909.441,09

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		274.174.779.225,41	269.002.856.316,78
---------------------------------------	--	--------------------	--------------------

Balanço Patrimonial

I) Ativo e Passivo Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	32.919.931.945,51	28.391.835.254,29	PASSIVO FINANCEIRO	34.812.261.418,85	33.303.928.449,18
ATIVO PERMANENTE	241.254.847.279,90	240.611.021.062,49	PASSIVO PERMANENTE	5.179.166.713,69	9.262.964.488,37
SALDO PATRIMONIAL				234.183.351.092,87	226.435.963.379,23

II) Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.391.702.817,70	4.783.987.672,33	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	17.463.178.685,81	35.215.120.385,59
Atos Potenciais Ativos	4.391.702.817,70	4.783.987.672,33	Atos Potenciais Passivos	17.463.178.685,81	35.215.120.385,59
Garantias e Contragarantias Recebidas	189.047.255,57	244.729.579,75	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	4.200.672.160,16	4.280.195.393,85	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	12.442.254.777,22	29.974.966.464,89
Direitos Contratuais	1.983.401,97	259.062.698,73	Obrigações Contratuais	5.020.923.908,59	5.240.153.920,70
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	4.391.702.817,70	4.783.987.672,33	TOTAL	17.463.178.685,81	35.215.120.385,59

III) Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.869.735.532,33
Recursos Vinculados	6.977.406.058,99
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-23.926.220,09
Previdência Social (RPPS)	-192,64
Dívida Pública	-3.256.672.054,91
Alienação de Bens e Direitos	51.269.017,44
Transferências Constitucionais e Legais	-16.894.293.738,54
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.741.847.403,59
Outros Recursos Vinculados	22.359.181.844,14
TOTAL	-1.892.329.473,34

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Quantitativas			
	N.E.	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas	12	22.643.948.189,17	27.158.722.725,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		9.362.632,54	86.330.419,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		5.889.082.319,52	5.577.039.758,46
Transferências e Delegações Recebidas	13	15.873.588.050,56	20.181.581.911,85
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		483.221.195,75	685.146.872,45
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		388.693.990,80	628.623.763,10
Variações Patrimoniais Diminutivas	14	13.009.022.197,43	18.948.732.405,55
Pessoal e Encargos		202.687.491,24	542.578.567,69
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		149.992.866,38	161.235.966,98
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		178.494.104,48	263.901.751,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15	2.593.611.183,04	2.844.275.931,18
Transferências e Delegações Concedidas	16	8.849.073.156,87	12.237.050.914,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17	1.032.563.374,96	2.210.529.584,39
Tributárias		749.508,70	1.912.193,88
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.850.511,76	687.247.495,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11	9.634.925.991,74	8.209.990.319,87

Balanço Orçamentário

RECEITA					
Receitas	N.E	Previsão	Previsão	Receitas	Saldo
Orçamentarias		Inicial	Atualizada	Realizadas	
RECEITAS CORRENTES	19	23.523.158.003,00	23.523.158.003,00	344.854.048,70	-23.178.303.954,30
Receitas Tributárias		22.067.428.318,00	22.067.428.318,00	-	-22.067.428.318,00
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		1.221.837.229,00	1.221.837.229,00	305.350.585,28	-916.486.643,72
Receita Agropecuária		76.059,00	76.059,00	9.877,00	-66.182,00
Receita Industrial		-	-	55,00	55,00
Receitas de Serviços		212.780.252,00	212.780.252,00	22.729.012,09	-190.051.239,91
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		21.036.145,00	21.036.145,00	16.764.519,33	-4.271.625,67
RECEITAS DE CAPITAL		944.574.532,00	944.574.532,00	49.456.418,77	-895.118.113,23
Operações de Crédito		38.474.700,00	38.474.700,00	-	-38.474.700,00
Alienação de Bens		3.482.705,00	3.482.705,00	7.164.530,63	3.681.825,63
Amortização de Empréstimos		902.617.127,00	902.617.127,00	42.291.888,14	-860.325.238,86
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		24.467.732.535,00	24.467.732.535,00	394.310.467,47	-24.073.422.067,53
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		24.467.732.535,00	24.467.732.535,00	394.310.467,47	-24.073.422.067,53
DEFICIT				23.238.318.063,00	23.238.318.063,00
TOTAL	18	24.467.732.535,00	24.467.732.535,00	23.632.628.530,47	-835.104.004,53
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	-	-	-

DESPESA						
Despesas	N.E	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Saldo da
Orçamentárias		Inicial	Atualizada	Liquidadas	Pagas	Doação
DESPESAS CORRENTES	20	4.298.015.749,00	2.337.570.324,00	495.987.759,01	355.622.061,74	1.316.354.730,61
Pessoal e Encargos Sociais		1.374.669.108,00	1.374.669.108,00	335.035.926,44	242.061.956,94	653.800.279,30
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.923.346.641,00	962.901.216,00	160.951.832,57	113.560.104,80	662.554.451,31
DESPESAS DE CAPITAL	20	49.644.255.094,00	33.069.244.641,00	5.411.774.826,02	5.409.613.386,53	10.457.831.703,92
Investimentos		17.557.119.615,00	8.806.811.747,00	15.084.268,62	12.922.829,13	8.427.509.300,84
Inversões Financeiras		32.087.135.479,00	24.262.432.894,00	5.396.690.557,40	5.396.690.557,40	2.030.322.403,08
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		72.316.377,00	72.316.377,00	-	-	72.316.377,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		54.014.587.220,00	35.479.131.342,00	5.907.762.585,03	5.765.235.448,27	11.846.502.811,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		54.014.587.220,00	35.479.131.342,00	5.907.762.585,03	5.765.235.448,27	11.846.502.811,53
TOTAL	18	54.014.587.220,00	35.479.131.342,00	5.907.762.585,03	5.765.235.448,27	11.846.502.811,53

Anexo 1- Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

DESPESA						
Despesas	Inscritos em	Inscritos em 31 de	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Orçamentárias	Exercícios Anteriores	do Exercício Anterior				
DESPESAS CORRENTES	95.107.718,25	266.719.036,60	110.071.249,84	84.133.816,06	958.578,97	276.734.359,82
Pessoal e Encargos Sociais	5.922.908,83	17.192.373,75	7.707.878,13	7.707.878,13	-	15.407.404,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	89.184.809,42	249.526.662,85	102.363.371,71	76.425.937,93	958.578,97	261.326.955,37
DESPESAS DE CAPITAL	8.329.868.321,65	7.160.425.499,74	1.902.162.324,52	1.518.609.291,13	195.415.789,32	13.776.268.740,94
Investimentos	5.411.285.737,84	4.304.169.905,54	601.457.778,58	217.904.745,19	195.415.789,32	9.302.135.108,87
Inversões Financeiras	2.918.582.583,81	2.856.255.594,20	1.300.704.545,94	1.300.704.545,94	-	4.474.133.632,07
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.424.976.039,90	7.427.144.536,34	2.012.233.574,36	1.602.743.107,19	196.374.368,29	14.053.003.100,76

Anexo 2- Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESA				
Despesas	Inscritos em	Pagos	Cancelados	Saldo
Orçamentárias	Exercícios Anteriores			
DESPESAS CORRENTES	19.847.280,28	104.350.432,67	377.842,82	36.698.941,66
Pessoal e Encargos Sociais	134.356,70	90.183.497,89	360.207,90	124.372,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.712.923,58	14.166.934,78	17.634,92	36.574.569,45
DESPESAS DE CAPITAL	2.120.218.518,47	232.576.870,71	15.718.463,39	2.807.877.172,22
Investimentos	1.230.541.780,02	155.885.988,87	15.718.463,39	1.866.214.605,70
Inversões Financeiras	889.676.738,45	76.690.881,84	-	941.662.566,52
Amortização da Dívida	-	-	-	-
TOTAL	2.140.065.798,75	336.927.303,38	16.096.306,21	2.844.576.113,88

Balanço Financeiro

INGRESSOS	N.E.	2023	2022
Receitas Orçamentárias	18	394.310.467,47	510.491.478,34
Ordinárias		-	-
Vinculadas		400.547.789,99	512.480.596,14
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-6.237.322,52	-1.989.117,80
Transferências Financeiras Recebidas		15.781.798.031,00	20.019.444.084,07
Resultantes da Execução Orçamentária		11.818.851.259,35	16.315.176.236,84
Independentes da Execução Orçamentária		3.962.946.771,65	3.704.267.847,23
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		22.561.619.593,09	15.742.216.397,82
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		142.527.136,76	159.622.649,96
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		17.724.865.945,44	12.948.407.646,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		20.649.069,85	91.012.446,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.673.577.441,04	2.543.173.655,65
Saldo do Exercício Anterior		27.823.679.407,51	32.760.537.479,04
TOTAL		66.561.407.499,07	69.032.689.439,27

DISPÊNDIOS	N.E.	2023	2022
Despesas Orçamentárias	18	23.632.628.530,47	20.844.051.875,63
Ordinárias		1.086.674.571,78	1.574.976.669,74
Vinculadas		22.545.953.958,69	19.269.075.205,89
Transferências Financeiras Concedidas		8.068.429.432,72	10.838.724.739,63
Resultantes da Execução Orçamentária		5.937.254.631,28	8.346.523.992,73
Independentes da Execução Orçamentária		2.131.174.801,44	2.492.200.746,90
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		1.941.641.150,55	1.855.599.773,33
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		336.927.303,38	460.080.508,77
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.602.743.107,19	1.390.455.261,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.970.739,98	5.063.676,45
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	326,67
Saldo para o Exercício Seguinte		32.918.708.385,33	35.494.313.050,68
TOTAL		66.561.407.499,07	69.032.689.439,27

Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXOS DE CAIXA	N.E	2023	2022
Das Atividades Operacionais		12.062.591.777,71	10.346.134.689,60
INGRESSOS		20.820.723.038,50	23.102.481.310,49
Receita Patrimonial		24.851.207,67	78.062.334,86
Receita Agropecuária		9.877,00	14.398,00
Receita Industrial		55,00	29,00
Receita de Serviços		22.729.012,09	105.748.648,90
Remuneração das Disponibilidades		280.499.377,61	240.630.822,02
Outras Receitas Derivadas e Originárias		16.764.519,33	24.522.330,64
Transferências Recebidas		-	44.097,19
Outros Ingressos Operacionais		20.475.868.989,80	22.653.458.649,88
DESEMBOLSOS		-8.758.131.260,79	-12.756.346.620,89
Pessoal e Demais Despesas		-426.286.768,62	-816.958.702,32
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-261.444.319,47	-1.095.599.175,82
Outros Desembolsos Operacionais		-8.070.400.172,70	-10.843.788.742,75
Das Atividades de Investimento		-6.967.562.799,89	-7.612.359.117,96
INGRESSOS		49.456.418,77	61.468.817,73
Alienação de Bens		7.164.530,63	765.021,69
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		42.291.888,14	60.703.796,04
DESEMBOLSOS		-7.017.019.218,66	-7.673.827.935,69
Aquisição de Ativo Não Circulante		-152.269.193,31	-368.793.011,93
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-6.774.085.985,18	-7.180.177.224,52
Outros Desembolsos de Investimentos		-90.664.040,17	-124.857.699,24
Das Atividades de Financiamento		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Geração Líquida de CX e EQ. de Caixa	21	5.095.028.977,82	2.733.775.571,64
Caixa Equivalentes de Caixa Inicial		27.823.679.407,51	32.760.537.479,04
Caixa Equivalentes de Caixa Final		32.918.708.385,33	35.494.313.050,68

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Especificação	N.E	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		12.178.965.229,00	860.198.612,82	1.702.506,38	212.917.902.402,64	31.507.098,44	225.990.275.849,28
Ajustes de Exercícios Anteriores		-319.284.307,14	3.872.377,21	-	-602.687.762,58	-	-918.099.692,51
Aumento/Redução de Capital		820.450.252,13	452.493.838,69	-	336.045.386,18	-	1.608.989.477,00
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-496.742,88	-1.331.541.135,34	-	-1.332.037.878,22
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-2.199.042,48	-2.199.042,48
Resultado do Exercício		-	-	-	27.510.833.727,79	-	27.510.833.727,79
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	97.147.000,23	-	-	-	97.147.000,23
Saldo Final do Exercício 2022		12.680.131.173,99	1.413.711.828,95	1.205.763,50	238.830.552.618,69	29.308.055,96	252.954.909.441,09

Especificação	N.E	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		4.294.750.463,70	1.259.509.823,40	23.035,48	250.185.815.517,07	-	255.740.098.839,65
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	1.068.419,12	-	1.068.419,12
Aumento/Redução de Capital	23	-	53.765.279,73	-	-	-	53.765.279,73
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	24	-	-	-	53.925.700,02	-	53.925.700,02
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	22	-	-	-	9.634.925.991,74	-	9.634.925.991,74
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023		4.294.750.463,70	1.313.275.103,13	23.035,48	259.875.735.627,95	-	265.483.784.230,26

2.1) Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangeram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição).

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Órgão Superior, ou seja, englobaram as contas do Ministério, no que se refere à execução de suas unidades gestoras, as contas dos Órgãos e entidades vinculadas e também dos Fundos Regionais e Fundos Constitucionais, a saber: CODEVASF; DNOCS; SUDECO (FDCO); SUDENE (FDNE); SUDAM (FDA); FNO; FCO e FNE.

Na consolidação das demonstrações contábeis do MIDR não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas em nível do Balanço Geral da União. Entretanto estas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, órgãos e entidades, em nível de Órgão Superior.

As unidades gestoras e órgãos relacionados à habitação, saneamento e mobilidade urbana, bem como a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e a Agências Nacional de Águas, impactaram os demonstrativos até o final de janeiro, quando passaram a ser vinculados a outros órgãos, conforme estabeleceu a Medida Provisória nº 1.154, de 01 de janeiro de 2023.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I) Balanço Patrimonial (BP);
- II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III) Balanço Orçamentário (BO);
- VI) Balanço Financeiro (BF);
- V) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única da União, prática adotada por este Órgão.

2.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis aplicadas ao Setor Público

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, seguidos por este Ministério, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP.

A. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

B. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis.

C. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

D. Depósitos Restituíveis

São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

E. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

F. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

G. Ativo Realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

H. Ajustes para perdas da Dívida Ativa

A metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, e houve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade.

I. Investimentos

São compostos por: participações permanentes; propriedades para investimento; e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

J-Imobilizados

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

K.Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

L. Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

M-Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens móveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

N. Reavaliação, redução ao valor recuperável

A base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

O.Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes; provisões; e demais obrigações.

P.Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Q- Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e, é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data apresentada nas demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

R.Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

S. Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado

Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

I- Resultado Patrimonial - na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

II- No Balanço Orçamentário - é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

III- No Balanço Orçamentário ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3) Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

No contexto da União ficaram definidos os prazos apresentados no quadro abaixo, seguido por este Ministério e demais Órgãos da União. Neste quadro consegue-se identificar a situação em que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017	Implantado
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018	Implantado
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implantado
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Implantado
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2018	Implantado
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2018	Implantado

PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis ; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Implantado
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021	Não iniciado
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias .	Imediato	Implantado
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência .	Imediato	Implantado

PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demaís obrigações por competência.	A definir	Implantado
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2019	Implantado
PCP 16 - Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir	Em andamento
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes , e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Imediato	Implantado
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2019	Implantado
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A definir	

4) Notas Explicativas aos Itens das Demonstrações Contábeis

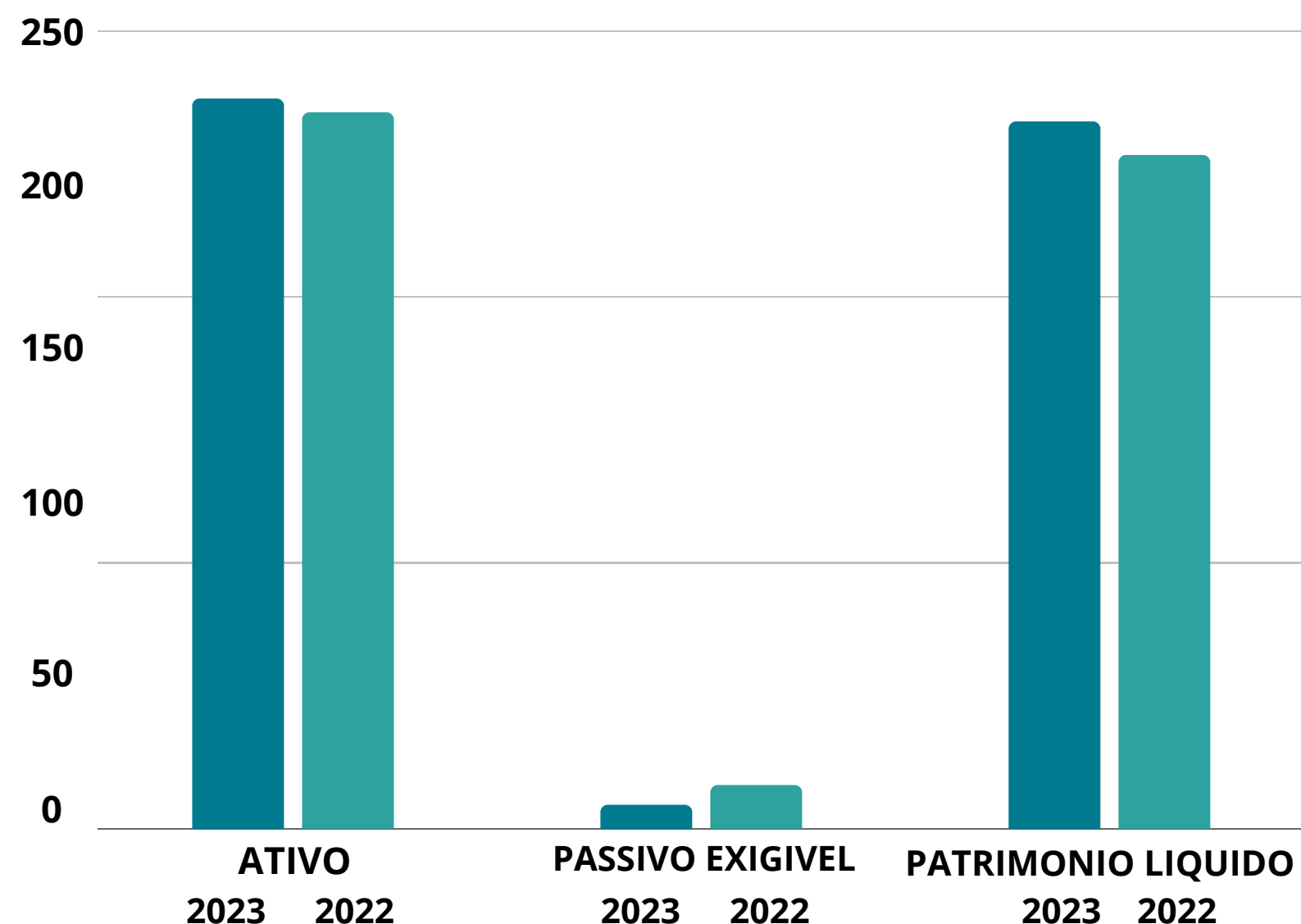
Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia o patrimônio atribuído ao MIDR, de modo a apresentar qualitativa e quantitativamente sua situação patrimonial em termos de ativos, passivos e patrimônio líquido, mostrando a sua evolução em relação ao exercício anterior. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido (PL), por sua vez, representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação patrimonial do Órgão.



Balanço Patrimonial 1º Trim (R\$ Bilhões)



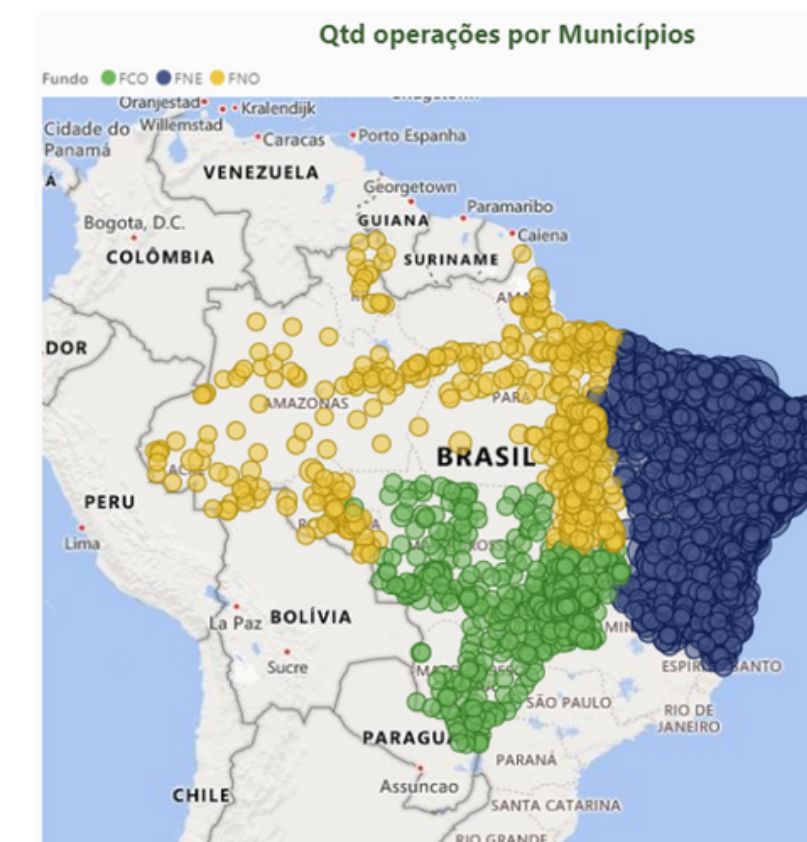
Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado no gráfico, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional encerrou o primeiro trimestre de 2023 com um patrimônio líquido positivo da ordem de R\$ 265 bilhões, um acréscimo de 4,98% em relação ao valor de dezembro de 2022, que foi de R\$ 253 bilhões.

O principal motivo desta variação positiva foi o crescimento proveniente de retornos e resultados de aplicações, bem como o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores, dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO).

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional apresentou no primeiro trimestre do exercício de 2023 um passivo exigível de R\$ 8,62, bilhões e, no quarto trimestre de 2022, R\$ 16,04 bilhões, demonstrando um decréscimo de 46,27%.

Verificou-se que o referido decréscimo no passivo ocorreu, principalmente, em virtude da diminuição das transferências relacionadas aos Programas Sociais da Caixa Econômica Federal e nas atividades de mobilidade urbana, bem como nos registros de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência que deixaram de compor a estrutura regimental do MIDR a partir do exercício de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.



O Ativo do Ministério encerrou o exercício de 2022 com 269 bilhões e o primeiro trimestre de 2023 com 274 bilhões, apresentando uma variação de 1,92%. A maioria desses recursos, cerca de 65%, é proveniente dos financiamentos concedidos em operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais, principais instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que contribuem para o crescimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

Tabela 02 - Créditos a Curto Prazo

	R\$				
Créditos a Curto Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Clientes	73.373.663,91	95.066.554,62	-22,82	0,18	-21.692.890,71
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	33.947.054.972,80	32.868.980.244,01	3,28	81,51	1.078.074.728,79
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	9.178,07	-100,00	0,00	-9.178,07
Demais Créditos e Valores	9.013.769.864,36	9.324.392.803,63	-3,33	21,64	-310.622.939,27
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto	-1.387.754.894,83	-1.402.304.510,68	-1,04	-3,33	14.549.615,85
Total	41.646.443.606,24	40.886.144.269,65	1,86	100,00	760.299.336,59

Fonte: SIAFI



Os créditos a curto prazo no primeiro trimestre de 2023 equivalem a R\$ 41 bilhões e correspondem a 55,85 % do total do Ativo Circulante. Observa-se um pequeno acréscimo de 1,86% no grupo de contas Créditos a Curto Prazo quando comparado a dezembro de 2022.

Dessa forma, o saldo dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos refere-se às atividades de Desenvolvimento Regional da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, bem como os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Assim, a conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos apresentou no primeiro trimestre de 2023 um incremento de 3,28% em relação ao período de 2022. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, bem como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO foram os responsáveis pelos maiores acréscimos identificados no primeiro trimestre e são decorrentes de transferências de saldos da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos de longo prazo para o curto prazo

Nota 03 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Tabela 03 - Créditos a Longo Prazo

	R\$				
Créditos a Longo Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Clientes	4.749.661,99	5.767.023,60	-17,64	0,00	-1.017.361,61
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	180.570.217.845,04	176.923.638.103,78	2,06	100,22	3.646.579.741,26
Dívida Ativa Não Tributária	36.588.096,72	59.202.014,54	-38,20	0,02	-22.613.917,82
Demais Créditos e Valores	826.699.093,21	1.060.800.470,05	-22,07	0,46	-234.101.376,84
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-1.268.387.113,04	-1.235.517.635,44	2,66	-0,70	-32.869.477,60
Total	180.169.867.583,92	176.813.889.976,53	1,90	100,00	3.355.977.607,39

Fonte: SIAFI

Os créditos a longo prazo no primeiro trimestre de 2023 equivalem a R\$ 180 bilhões e correspondem a 90,42% do total do Ativo Não Circulante. Dessa forma, o grupo de contas Créditos a Longo Prazo apresentou uma variação a maior de 1,90% no trimestre.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO foram os responsáveis pelo maior acréscimo decorrente de contratos registrados na conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, incluindo os encargos contratuais de juros e correção monetária incidentes sobre as operações de créditos.



Nota 04 - Imobilizados

Tabela 04 – Bens Imóveis

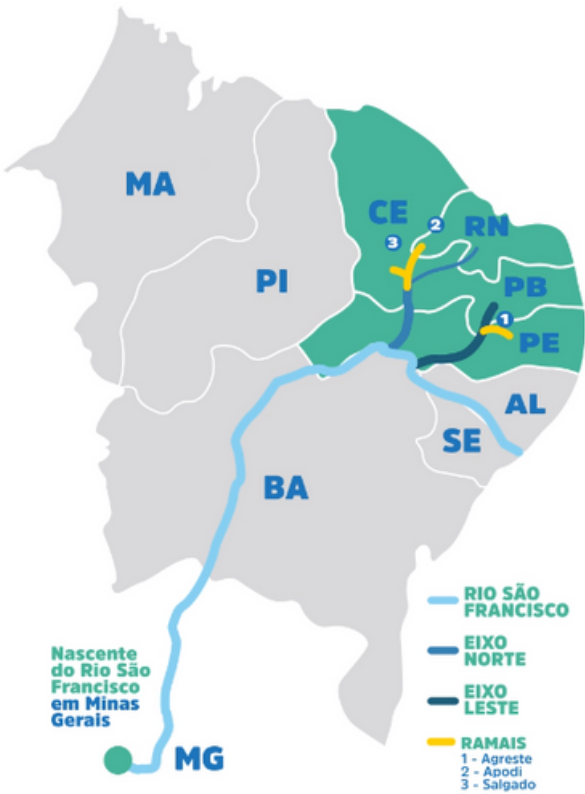
	R\$				
Bens Imóveis	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Bens de Uso Especial	1.998.672.315,41	3.441.162.374,14	-41,92	11,15	-1.442.490.058,73
Bens Dominicais	34.017,52	204.333,04	-83,35	0,00	-170.315,52
Bens Imóveis em Andamento	14.709.036.834,35	15.483.749.056,56	-5,00	82,05	-774.712.222,21
Instalações	778.748.279,85	2.351.819.190,44	-66,89	4,34	-1.573.070.910,59
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	5.189.906,08	21.249.151,28	-75,58	0,03	-16.059.245,20
Demais Bens Imóveis	434.724.697,94	790.786.579,97	-45,03	2,43	-356.061.882,03
Total	17.926.406.051,15	22.088.970.685,43	-18,84	100,00	-4.162.564.634,28

Fonte: SIAFI

Bens Imóveis participaram com 94,31% do ativo imobilizado e apresentaram uma variação negativa de 18,84%, em relação ao exercício anterior. Os decréscimos identificados nos grupos de contas em Bens Imóveis decorreram da nova estrutura do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que teve sua Estrutura Regimental e o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança aprovados pelo Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.

Assim, as empresas públicas TREN SURB e CBTU, bem como a autarquia Agência Nacional de Águas não figuram mais como entidades vinculadas ao MIDR.

Destaca-se que a quase totalidade de Bens Imóveis em Andamento refere-se às despesas do Projeto de Integração do Rio São Francisco, envolvendo a obra, serviços, instalações e demais custos.



Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

No âmbito do Passivo Exigível do MIDR, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo no primeiro trimestre de 2023 correspondem a apenas 1,71%.

Essas obrigações são destinadas ao pagamento de compromissos de curto prazo, que são compostos por despesas de pagamento de pessoal, pagamentos de estagiários, benefícios previdenciários e encargos sociais, conforme se evidencia na Tabela 05 abaixo.

Tabela 05 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo

	R\$				
Obrig. Trabalhistas Previd. e Assistenciais de Curto Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Pessoal a Pagar	121.091.005,28	213.088.638,36	-43,17	81,88	-91.997.633,08
Benefícios Previdenciários a Pagar	436.729,30	3.465.931,02	-87,40	0,30	-3.029.201,72
Benefícios Assistenciais a Pagar	24.114,75	84.532,79	-71,47	0,02	-60.418,04
Encargos Sociais a Pagar	26.330.765,76	373.599.366,17	-92,95	17,81	-347.268.600,41
Total	147.882.615,09	590.238.468,34	-74,95	100,00	-442.355.853,25

Fonte: SIAFI

Tabela 06 – Pessoal a Pagar

	R\$				
Pessoal a Pagar	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Salários, Remunerações e Benefícios	68.917.262,50	118.512.566,35	-41,85	56,91	-49.595.303,85
Decimo Terceiro Salario a Pagar	12.504.618,40	-	100,00	10,33	12.504.618,40
Férias a Pagar	39.669.124,38	87.842.081,61	-54,84	32,76	-48.172.957,23
Precatórios de Pessoal	-	6.640.037,51	-100,00	0,00	-6.640.037,51
Obrigações Trabalhistas a Pagar	-	93.952,89	-100,00	0,00	-93.952,89
Total	121.091.005,28	213.088.638,36	-43,17	100,00	-91.997.633,08

Fonte: SIAFI

No contexto geral, em termos de materialidade, no primeiro trimestre de 2023 destaca-se o montante da conta de Pessoal a Pagar, com decréscimo de 43,17%, em comparação com o exercício anterior. O recuo contábil decorreu da nova estrutura do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que teve sua Estrutura Regimental e o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança aprovados pelo Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023. Desse modo, as empresas públicas TRENSURB e CBTU, bem como a autarquia Agência Nacional de Águas não figuram mais como entidades vinculadas ao MIDR.



Os saldos contabilizados em Encargos Sociais a Pagar também contribuíram com o decréscimo de 92,95% no grupo de Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, e estão distribuídos conforme a Tabela 07 abaixo:

Tabela 07 - Encargos Sociais a Pagar

	R\$				
Encargos Sociais a Pagar	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
INSS a Pagar	-	1.491.362,45	-100,00	0,00	-1.491.362,45
Entidades de Previdencia Privada e Complementar	724.777,58	350.536.614,51	-99,79	2,75	-349.811.836,93
FGTS	5.270.288,03	3.336.076,89	57,98	20,02	1.934.211,14
Entidades de Previdencia Privada e Complementar (CODEVASF)	6.219.326,83	8.327.366,53	-25,31	23,62	-2.108.039,70
Recursos Previdenciários - GPS a Emitir	-	21.954,62	-100,00	0,00	-21.954,62
Recursos da GFIP	-	13.542,64	-100,00	0,00	-13.542,64
Encargos Sociais - Convenio de Arrecadação Direta	-	801.517,75	-100,00	0,00	-801.517,75
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	14.116.373,32	9.070.930,78	55,62	53,61	5.045.442,54
Total	26.330.765,76	373.599.366,17	-92,95	100,00	-347.268.600,41

Fonte: SIAFI

Os registros na conta de Entidades de Previdência Privada e Complementar foram os que apresentaram maior decréscimo no grupo de Encargos Sociais a Pagar no 1º trimestre de 2023. Nesse sentido, a variação negativa de 99,79 % entre os trimestres refere-se aos saldos de previdência privada e complementar da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, bem como da empresa pública Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que deixaram de compor a estrutura regimental do MIDR a partir do exercício de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.



Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo em comparação com o período anterior, apresentou no primeiro trimestre de 2023 uma variação positiva de 35,76%, conforme as tabelas abaixo. Essa conta representou 9,35% do total do Passivo Exigível.

Tabela 08 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

	R\$				
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Fornecedores Nacionais	10.749.447,72	10.962.141,81	-1,94	1,33	-212.694,09
Contas a Pagar Credores Nacionais	795.418.722,06	572.166.292,36	39,02	98,62	223.252.429,70
Fornecedores Nacionais INTRA OFSS	157.350,79	157.350,79	0,00	0,02	0,00
Contas a Pagar Cred. Nacionais INTRA	158.261,32	140.900,57	12,32	0,02	17.360,75
Contas a Pagar Cred. Nacionais INTER ESTADO	56.089,87	50.810,56	10,39	0,01	5.279,31
Contas a Pagar Cred. Nacionais INTER MUNICÍPIO	1.381,92	1.589,26	100,00	0,00	-207,34
CONTAS A PAGAR - CREDITORES ESTRANGE	-	10.600.000,00	100,00	0,00	-10.600.000,00
Total	806.541.253,68	594.079.085,35	35,76	100,00	212.462.168,33

Fonte: SIAFI

No Grupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, como pode ser observado na Tabela 08, a variação mais representativa ocorreu na conta de Contas a Pagar Credores Nacionais, a qual apresentou um acréscimo de 39,02% em relação ao trimestre anterior.



Tabela 09 - Contas a Pagar Credores Nacionais

					R\$
Contas a Pagar Credores Nacionais	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
CODEVASF	450.444.380,66	219.489.514,48	105,22	56,63	230.954.866,18
DNOCS	119.933.183,40	74.919.922,60	60,08	15,08	45.013.260,80
TRENSURB	-	17.242.787,06	-100,00	0,00	-17.242.787,06
CIA Brasileira Trens Urbanos - CBTU	-	6.626.662,84	-100,00	0,00	-6.626.662,84
ANA	-	2.065,53	100,00	0,00	-2.065,53
Ministerio do Desenvolv. Regional	223.416.346,20	252.879.868,08	-11,65	28,09	-29.463.521,88
Superint. Do Desenvolv. Da Amazônia	533.013,93	13.746,56	100,00	0,07	519.267,37
Superint. Do Desenvolv. Do Nordeste	-	-	100,00	0,00	0,00
Superint. Do Desenvolv. Centro-Oeste	1.091.797,87	991.725,21	10,09	0,14	100.072,66
Total	795.418.722,06	572.166.292,36	39,02	100,00	223.252.429,70

Fonte: SIAFI

Nos registros em Contas a Pagar Credores Nacionais destacam-se os órgãos Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, os quais apresentaram acréscimos de 105,22% e 60,08%, respectivamente, e correspondem a apropriações referentes a aquisições de caminhões compactadores de resíduos sólidos, bem como caminhões de carroceria tipo pipa, destinados ao atendimento de municípios da área de atuação dos órgãos CODEVASF e DNOCS.

Nota 07 – Transferências Fiscais a Curto Prazo

Tabela 10 - Obrigações de Repartição a Outros Entes (Transf. Fiscais a C. Prazo)

	R\$				
Obrigações de Repartição a Outros Entes (Transf. Fiscais a C.Prazo)	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Transf. Discricionárias a Pagar - Consolidação	1.358.815.299,62	4.662.422.441,66	-70,86	21,43	-3.303.607.142,04
Transf. Constitucionais a Pagar - Inter OFSS Estado	12.103.245,50	59.016.876,21	-79,49	0,19	-46.913.630,71
Transf. Discricionárias a Pagar - Inter OFSS Município	170.154.327,57	122.249.898,74	39,19	2,68	47.904.428,83
Total	1.541.072.872,69	4.843.689.216,61	-68,18	100,00	-3.302.616.343,92

Fonte: SIAFI



O grupo de contas Obrigações de Repartição a Outros Entes, o qual apresentou saldo a partir do exercício de 2021, recebeu transferência de saldos que estavam registrados no grupo Demais Obrigações a Curto Prazo, referente ao exercício de 2020, quando foi realizado o saldo de abertura do balancete do exercício de 2021.

Esta criação de contas no subgrupo Transferências Fiscais a Curto Prazo ocorreu em atendimento ao PCASP Federação, ocorrendo também mudanças nas situações de Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias (TRF) a partir de janeiro de 2021.

A conta Transferência Discricionária a Pagar – Consolidação compreende os saldos que não serão excluídos nos Demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Assim, no primeiro trimestre de 2023, verifica-se uma diminuição de 68,18% em relação ao saldo do exercício anterior e correspondem a transferências relacionadas aos Programas Sociais da Caixa Econômica Federal e nas atividades de mobilidade urbana que deixaram de compor a estrutura regimental do MIDR a partir do exercício de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Tabela 11 - Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$				
Demais Obrigações a Curto Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Valores Restituíveis	47.150.303,77	54.683.528,39	-13,78	0,78	-7.533.224,62
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.001.881.353,87	6.285.833.661,63	-4,52	99,22	-283.952.307,76
Total	6.049.031.657,64	6.340.517.190,02	-4,60	100,00	-291.485.532,38

Fonte: SIAFI

No grupo de contas Demais Obrigações a Curto Prazo, o qual representou 70,15% do total do Passivo Exigível, nota-se um decréscimo de 4,60% em relação ao período anterior.

A conta Outras Obrigações de Curto Prazo apresentou nas contas de Despesa de Administração dos Fundos Constitucionais, bem como na conta de Incentivos a Liberar, um decréscimo de 4,52% no primeiro trimestre de 2022.



Nota 09 – Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo

Tabela 12 - Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo

	R\$				
Obrig. Trabalhistas Previd. e Assistenciais de Longo Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
CODEVASF	24.413.307,23	23.406.105,64	4,30	16,51	1.007.201,59
CIA Brasileira Trens Urbanos - CBTU	-	2.892.914.389,48	-100,00	0,00	-2.892.914.389,48
Total	24.413.307,23	2.916.320.495,12	-99,16	16,51	-2.891.907.187,89

Fonte: SIAFI

No grupo de contas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Pagar houve uma queda significativa de 99,16% em relação ao período anterior.

Nesse sentido, a variação negativa refere-se a conta de Contribuição a Entidades Previdenciárias da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que deixaram de compor a estrutura regimental do MIDR a partir do exercício de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023.

Nota 10 – Resultados Acumulados (Patrimônio Líquido)

Tabela 13 - Resultados Acumulados

	R\$				
Resultados Acumulados	31/03/2023	31/12/2022	AH %	AV %	Var. Absoluta
Resultado do Exercício	9.634.925.991,74	27.510.833.727,79	-64,98	3,71	-17.875.907.736,05
Resultado de Exercícios Anteriores	250.185.816.010,99	212.949.751.210,27	17,49	96,27	37.236.064.800,72
Ajustes de Exercícios Anteriores	52.687.834,46	-1.630.032.319,37	-103,23	0,02	1.682.720.153,83
Total	259.873.429.837,19	238.830.552.618,69	8,81	100,00	21.042.877.218,50

Fonte: SIAFI



O grupo de contas Resultados Acumulados representou 97,86% do total do Patrimônio Líquido no primeiro trimestre de 2023, com acréscimo entre os períodos de 8,81%.

No Resultado do Exercício no primeiro trimestre de 2023 consta um decréscimo de 64,98% em relação ao Resultado do Exercício do ano anterior. Essa conta representou 3,63% do total do Patrimônio Líquido no período.

A conta Resultado de Exercícios Anteriores representou 94,21% do total do Patrimônio Líquido, apresentando um acréscimo em percentual de 17,49% entre os períodos. Esta Conta recebe os resultados acumulados de exercícios anteriores de superávit e déficit da administração direta e órgãos vinculados, lucros e prejuízos da empresa CODEVASF, proveniente de exercícios anteriores.

Todas as movimentações realizadas no Patrimônio Líquido estão evidenciadas nas Notas 17 a 21 referentes às Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 11 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e é evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As VPA'S são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD'S são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A DVP permite a análise de como as políticas públicas adotadas provocaram alterações no patrimônio do Órgão, considerando-se a finalidade precípua do Órgão de atender às demandas da sociedade. O resultado passa a compor o Balanço Patrimonial do exercício e o resultado patrimonial funciona como medidor do quanto os serviços públicos ofertados promoveram alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Realizada a apuração dos valores apresentados no demonstrativo das Variações Patrimoniais deste Ministério, comparando-se o primeiro trimestre de 2022 com o primeiro trimestre de 2023, obteve-se resultado superavitário de R\$ 1,42 bilhões, por variação absoluta, após confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. (Tabela 14).

Importante esclarecer que a redução de valores, encontrada praticamente em todas as contas que compõe a DVP, se deu em virtude da mudança de governo ocorrida em 01 de janeiro de 2023, que provocou uma estagnação nas ações do governo, e do desmembramento do então Ministério do Desenvolvimento Regional em dois outros Ministérios, a saber: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e Ministério das Cidades, conforme Decretos nº 11.347 e nº 11.333, ambos de 1º de janeiro de 2023.

Essa ação desencadeou a transferência de recursos, de Unidades Gestoras e de pessoal do atual MIDR para contribuírem na formação do Ministério das Cidades, motivo pelo qual impactou basicamente todas as contas apresentadas no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

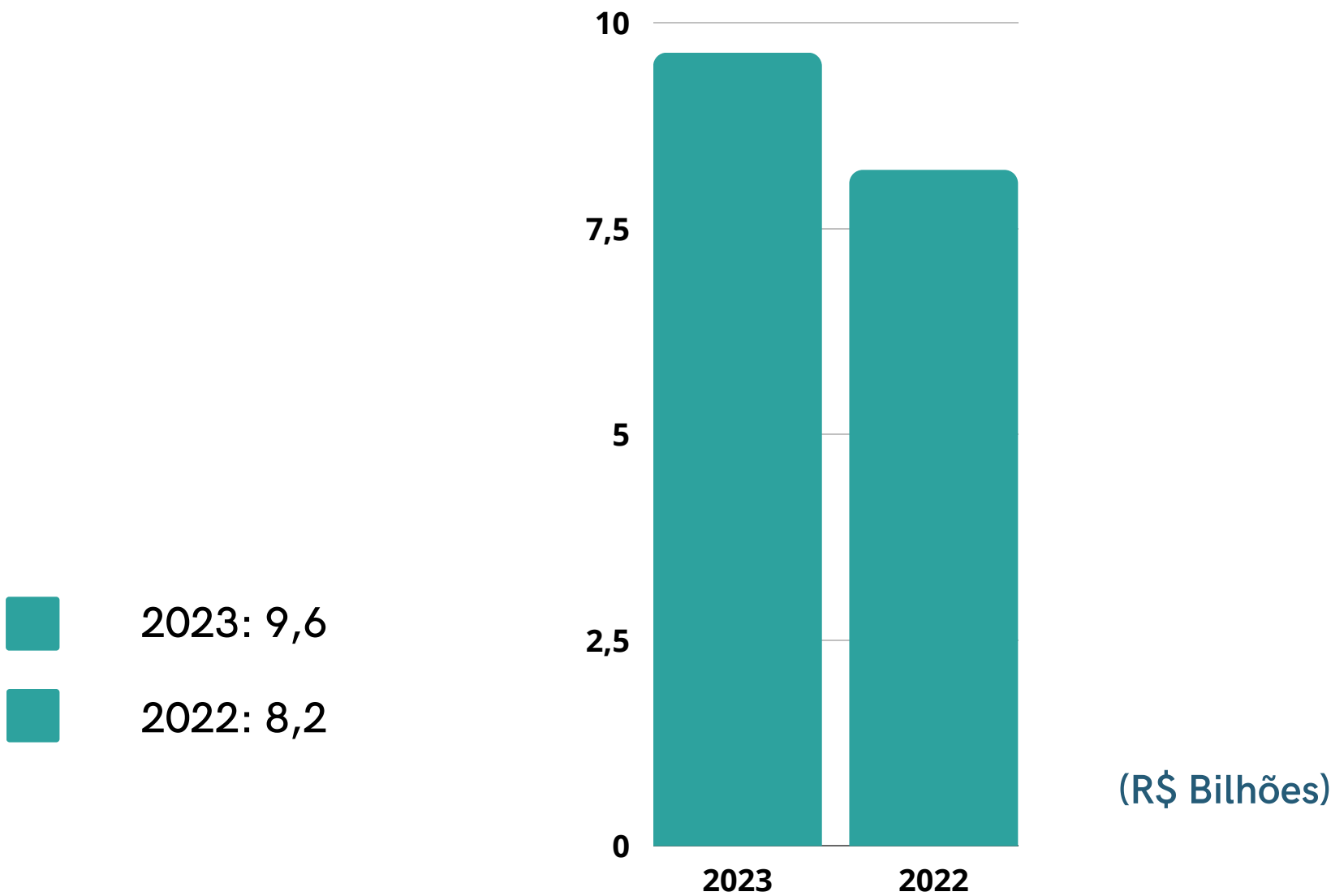
Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 14 – Apuração do Resultado do Exercício

	R\$			
Apuração do Resultado do Período	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Variações Patrimoniais Aumentativas	22.643.948.189,17	27.158.722.725,42	-16,62	-4.514.774.536,25
Variações Patrimoniais Diminutivas	13.009.022.197,43	18.948.732.405,55	-31,35	-5.939.710.208,12
Total	9.634.925.991,74	8.209.990.319,87	-14,79	1.424.935.671,87

Fonte: SIAFI

Resultado Patrimonial no 1º Trimestre de 2023



Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste primeiro trimestre de 2023, as contas de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, Juros e Encargos de Mora, Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras), contribuíram para o resultado positivo do período tendo em vista o grande volume de recursos operacionalizados identificados nos seguintes Órgãos: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. (Tabela 15).

Tabela 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas

	R\$			
Variações Patrimoniais Aumentativas	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9.362.632,54	86.330.419,56	-89,15	-76.967.787,02
Variações Patrim. Aumentativas Financeiras	5.889.082.319,52	5.577.039.758,46	5,60	312.042.561,06
Transferências e Delegações Recebidas	15.873.588.050,56	20.181.581.911,85	-21,35	-4.307.993.861,29
Valoriz. e Ganhos C/Ativos e Desincorp. de Passivos	483.221.195,75	685.146.872,45	-29,47	-201.925.676,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	388.693.990,80	628.623.763,10	-38,17	-239.929.772,30
Total	22.643.948.189,17	27.158.722.725,42	-16,62	-4.514.774.536,25

Fonte: SIAFI



Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas apresentaram redução na execução dos recursos no valor de R\$ 4,30 bilhões, considerado a variação absoluta na apuração do resultado, comparando com o primeiro trimestre de 2022, no entanto foi o grupo de contas que mais movimentou recursos no Órgão, no montante de R\$ 15,87 bilhões. (Tabela 16).

Com relação ao movimento e volume de recursos, as Transferências Intragovernamentais recebidas demonstraram maior relevância, no valor de R\$ 15,78 bilhões, em virtude das movimentações definidas na programação financeira anual do Órgão, que impactaram basicamente o próprio MIDR e os Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. (Tabela 16).

Tabela 16 – Transferências e Delegações Recebidas

	R\$			
Transferências e Delegações Recebidas	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Transferências Intragovernamentais	15.788.157.647,28	20.019.876.429,60	-21,14	-4.231.718.782,32
Transferências das Instituições Privadas	0,00	44.097,19	-100,00	-44.097,19
Outras Transferências e Delegações Recebidas	85.430.403,28	161.661.385,06	-47,15	-76.230.981,78
Total	15.873.588.050,56	20.181.581.911,85	-21,35	-4.307.993.861,29

Fonte: SIAFI

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Esse grupo de contas contribuiu de forma significativa e decisiva para o resultado positivo obtido no período, visto que a redução de valores expressivos nas contas de Variações Patrimoniais Diminutivas, cerca de R\$ 5,94 bilhões, desonerou a apuração do resultado deste primeiro trimestre de 2023. Destaque para o volume de movimentação nas contas de Variações Patrimoniais diminutivas Financeiras, Transferências e Delegações Concedidas e Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos. (Tabela 17).

Tabela 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$			
Variações Patrimoniais Diminutivas	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Pessoal e encargos	202.687.491,24	542.578.567,69	-62,64	-339.891.076,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	149.992.866,38	161.235.966,98	-6,97	-11.243.100,60
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	178.494.104,48	263.901.751,47	-32,36	-85.407.646,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.593.611.183,04	2.844.275.931,18	-8,81	-250.664.748,14
Transferências e Delegações Concedidas	8.849.073.156,87	12.237.050.914,48	-27,69	-3.387.977.757,61
Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	1.032.563.374,96	2.210.529.584,39	-53,29	-1.177.966.209,43
Tributária	749.508,70	1.912.193,88	-60,80	-1.162.685,18
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.850.511,76	687.247.495,48	-99,73	-685.396.983,72
Total	13.009.022.197,43	18.948.732.405,55	-31,35	-5.939.710.208,12

Fonte: SIAFI

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Dentro das variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, destacam-se, Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras as quais movimentaram R\$ 2,59 bilhões, operacionalizados pelos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, em atendimento às suas funções precípuas constitucionais. (Tabela 18).

Tabela 18 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	R\$			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Juros e Encargos de Mora	213.499,21	249.580,65	-14,46	-36.081,44
Variações Monetárias e Cambiais	1.225.587,64	2.015.971,80	-39,21	-790.384,16
Aportes ao Banco Central	600,00	12.726,78	-95,29	-12.126,78
Outras Variações Patrim. Diminut. Financeiras	2.592.171.496,19	2.841.997.651,95	-8,79	-249.826.155,76
Total	2.593.611.183,04	2.844.275.931,18	-8,81	-250.664.748,14

Fonte: SIAFI



Nota 16 – Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências e Delegações Concedidas deste trimestre, apresentaram movimento significativo dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas, basicamente em função das Transferências intragovernamentais que movimentaram R\$ 8,20 bilhões, embora tenha sido apurado resultado negativo, por variação absoluta, na ordem de R\$ 3,38 bilhões. (Tabela 19).

Tabela 19 – Transferências e Delegações Concedidas

	R\$			
Transferências e Delegações Concedidas	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Transferências Intragovernamentais	8.198.804.025,64	11.007.878.166,96	-25,52	-2.809.074.141,32
Transferências Intergovernamentais	250.610.025,95	919.446.992,34	-72,74	-668.836.966,39
Transferências ao Exterior	0,00	16.559,40	-100,00	-16.559,40
Outras Transferências e Delegações Concedidas	399.659.105,28	309.709.195,78	29,04	89.949.909,50
Total	8.849.073.156,87	12.237.050.914,48	-27,69	-3.387.977.757,61

Fonte: SIAFI



Nota 17 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As desvalorizações e perdas de ativos e incorporação de passivos tiveram movimento no valor de R\$ 1,03 bilhões e apresentaram redução 1,17 bilhões, comparando o primeiro trimestre deste ano com o primeiro trimestre do ano anterior, considerando apuração por variação absoluta.

A conta Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas liderou a movimentação nesse grupo de contas, no montante de R\$ 820 bilhões, valores crescentes identificados nos seguintes Órgãos: Fundo Constitucional do Nordeste, Fundo Constitucional do Norte, Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Fundo de desenvolvimento da Amazônia e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. (Tabela 20).

Tabela 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	R\$			
Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Var. Absoluta
Reavaliação, Red. a Valor Recup. e Ajustes p/ Perdas	820.818.859,02	932.415.152,97	-11,97	-111.596.293,95
Perdas com Alienação	0,00	56.711,32	-100,00	-56.711,32
Perdas involuntárias	6.248.829,61	476.248,03	1.212,10	5.772.581,58
Incorporação de Passivos	29.108.064,12	207.639.935,28	-85,98	-178.531.871,16
Desincorporação de Ativos	176.387.622,21	1.069.941.536,79	-83,51	-893.553.914,58
Total	1.032.563.374,96	2.210.529.584,39	-53,29	-1.177.966.209,43

Fonte: SIAFI

Balanço Orçamentário

Nota 18- Receitas e Despesas

O Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro apresentam o mesmo resultado, Déficit de 23,2 bilhões. Porém a forma de evidenciação é diferente, enquanto no Orçamentário o resultado é calculado pelas receitas e despesas segregadas por categoria econômica, no Balanço Financeiro é representado pela diferença das receitas menos as despesas, por fonte/destinação dos recursos, de modo a apresentar o impacto de cada fonte no resultado orçamentário

No primeiro trimestre de 2023, consta no Balanço Orçamentário previsão de Receitas (Corrente e de Capital) no montante de R\$ 24,4 bilhões e previsão de execução de despesas (Corrente e de Capital) no valor total de R\$ 35,4 bilhões. Contudo, foram arrecadadas receitas no valor de R\$ 344 milhões e empenhadas despesas no valor de R\$ 23,6 bilhões.



Ao analisar as receitas e despesas da Administração Direta e Indireta do MIDR e de seus Fundos, é importante registrar que o órgão praticamente não possui receitas próprias, ao passo que suas atribuições regimentais, como responsável pelas políticas públicas de Proteção e Defesa Civil, Desenvolvimento Regional e Territorial, Segurança Hídrica, Fundos e Instrumentos Financeiros, posicionam-no como demandante de recursos para grandes investimentos em infraestrutura, o que se reflete no volume de despesas executadas.

Sobre o assunto, informa-se que o déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. Desta forma, tem-se a seguinte equação:

$$\text{Receitas Realizadas} + \text{Déficit} = \text{Despesas Realizadas.}$$

Nota 19 - Receitas Correntes

Ao analisar as Receitas Correntes no primeiro trimestre de 2023 ficou evidenciada maior arrecadação em Outras Receitas Correntes, com 79,69% de realização, sendo identificada a arrecadação de 16 milhões no MIDR, com receita de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos principal/juros e multa, conforme percentual definido pela Lei 8.001, de 13 de março de 1990

Conforme o indicador de execução da receita (receita executada/receita prevista) demonstra, as receitas correntes executadas representaram 1,47% da previsão atualizada, implicando frustração de arrecadação em torno de R\$ 23 bilhões, conforme a tabela 21.



Tabela 21- Receitas Correntes e de Capital

R\$					
Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Receitas Tributárias	22.067.428.318,00	-	-22.067.428.318,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.221.837.229,00	305.350.585,28	-916.486.643,72	24,99	88,54
Receita Agropecuária	76.059,00	9.877,00	-66.182,00	12,99	0,00
Receita Industrial	-	55,00	55,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	212.780.252,00	22.729.012,09	-190.051.239,91	10,68	6,59
Transferências Correntes	-	-	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	21.036.145,00	16.764.519,33	-4.271.625,67	79,69	4,86
Total Receitas Correntes	23.523.158.003,00	344.854.048,70	-23.178.303.954,30	1,47	100,00
Receitas de Capital	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Operações de Crédito	38.474.700,00	-	-38.474.700,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	3.482.705,00	7.164.530,63	3.681.825,63	205,72	14,49
Amortização Empréstimos	902.617.127,00	42.291.888,14	-860.325.238,86	4,69	85,51
Total Receitas de Capital	944.574.532,00	49.456.418,77	-895.118.113,23	5,24	100,00
TOTAL	24.467.732.535,00	394.310.467,47	-24.073.422.067,53	1,61	100,00

Fonte: SIAFI

A elevada frustração na realização das receitas correntes, principalmente as tributárias, diz respeito à arrecadação da natureza de receita 11130111-IRPF, as quais são realizadas no Órgão da Receita Federal do Brasil, o qual é responsável pela gestão e arrecadação dessa receita. No entanto, este Órgão não é o beneficiário desses recursos, que são transferidos por meio de Programação Financeira, aos Fundos Constitucionais, por intermédio da CGTES/STN, via Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Órgão Superior, no qual consta o registro somente da receita prevista atualizada.

Todo o valor previsto em Receitas Tributárias foi empenhado pelos Fundos Constitucionais, conforme evidenciado em Inversões Financeiras na Tabela 17.

Tabela 22 - Receita Patrimonial

Receita Patrimonial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	R\$		
			Saldo	Realização %	AV %
Exploração do Patrim. Imob. Do Estado	1.837.177,00	346.765,66	-1.490.411,34	18,87	0,11
Valores Mobiliarios	1.135.683.675,00	280.530.021,75	-855.153.653,25	24,70	91,87
Exploração de Recursos Naturais	84.316.377,00	24.473.797,87	-59.842.579,13	29,03	8,01
TOTAL	1.221.837.229,00	305.350.585,28	-916.486.643,72	24,99	100,00

Fonte: SIAFI

A Receita Patrimonial teve percentual de realização de 25%, correspondendo a 88,54% do total de Receitas Correntes Realizadas no primeiro trimestre de 2023.

Nesse ponto, ressalta-se que o maior índice de realização da Receita Patrimonial foi decorrente de receitas de Valores Mobiliários (24,70%), provenientes da remuneração de depósitos bancários de aplicações dos Fundos no mercado financeiro.



As receitas da Exploração de Recursos Naturais contabilizaram, por sua vez, realização de 29,03%, sendo provenientes de compensação financeira à União pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica por parte de empresas (Ex: Itaipu Binacional do Brasil) e pela outorga a particulares de direitos do uso da água no Rio São Francisco.



Nota 20- Despesas Correntes e Despesas de Capital

Tabela 23 - Despesas Correntes e Despesas de Capital

R\$					
Despesas Correntes	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV %
Pessoal e Encargos Sociais	1.374.669.108,00	720.868.828,70	653.800.279,30	52,44	70,59
Juros e Encargos da Dívida	-	-	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	962.901.216,00	300.346.764,69	662.554.451,31	31,19	29,41
Total Despesas Correntes	2.337.570.324,00	1.021.215.593,39	1.316.354.730,61	43,69	100,00
Despesas de Capital	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV
Investimentos	8.806.811.747,00	379.302.446,16	8.427.509.300,84	4,31	1,68
Inversões Financeiras	24.262.432.894,00	22.232.110.490,92	2.030.322.403,08	91,63	98,32
Total Despesas de Capital	33.069.244.641,00	22.611.412.937,08	10.457.831.703,92	68,38	100,00
Reserva de Contingência	72.316.377,00		72.316.377,00	0,00	0,00
Total Reseva Contingencia	72.316.377,00	-	72.316.377,00	0,00	100,00
T O T A L	35.479.131.342,00	23.632.628.530,47	11.846.502.811,53	66,61	100,00

Fonte: SIAFI

As Despesas Correntes foram executadas no percentual de 43,69% das Dotações Autorizadas, empenhando-se o valor de R\$ 1 bilhão, de um total autorizado de 2,3 bilhões.

A Conta Pessoal e Encargos Sociais foi a que apresentou maior variação, sendo empenhado nesse grupo o total de R\$ 720 milhões, referente aos compromissos com a folha de pagamento dos órgãos, inclusive os encargos patronais, benefícios previdenciários/assistenciais e pensões.



Nota-se que foram empenhados R\$ 23,6 bilhões, o que representa 66,61% da dotação final. Dessa forma, as unidades gestoras e órgãos relacionados à habitação, saneamento e mobilidade urbana, bem como a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e a Agência Nacional de Águas, impactaram os demonstrativos até o final de janeiro, quando passaram a ser vinculados a outros órgãos, conforme estabeleceu a Medida Provisória nº 1.154, de 01 de janeiro de 2023.

A gestão orçamentária e financeira do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional é realizada por suas secretarias (órgãos da Administração Direta), entidades da Administração Indireta (vinculadas), além de Fundos que apoiam e financiam o desenvolvimento de políticas públicas.

Com o maior orçamento de investimento do Governo Federal, o MIDR aplicou, no primeiro trimestre de 2023, R\$ 379 milhões. Os investimentos compreendem obras, projetos de engenharia, instalações, aquisição de equipamentos e material permanente, desenvolvimento de sistemas de TI, entre outras aplicações.

O maior percentual de execução de Despesa de Capital foi em Inversões Financeiras (91,63%), relacionados aos empréstimos e financiamentos concedidos pelos Fundos Constitucionais.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 21- Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 24 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$			
	2023	2022	AH (%)	Var. Absoluta
I) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	12.062.591.777,71	10.346.134.689,60	16,59	1.716.457.088,11
II) Fluxo de Caixa Líquido das Aividades de Investimento	-6.967.562.799,89	-7.612.359.117,96	-8,47	644.796.318,07
III) Fluxo de Caixa Líquido das Atividade de Financiamento	-	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	5.095.028.977,82	2.733.775.571,64	86,37	2.361.253.406,18

Fonte: SIAFI



As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como estes foram usados. Representam uma base para avaliar a responsabilidade na gestão do patrimônio e para a tomada de decisões.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do exercício financeiro classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Analisando a relação entre os Fluxos de Atividades, no primeiro trimestre 2023, observa-se que os recursos gerados pelas atividades operacionais foram suficientes para suportar os investimentos, o que gerou saldo positivo (R\$ 5 bilhões) de caixa e equivalente, superior a 2022, em que houve caixa e equivalente positivo de R\$ 2,7 bilhões.

As Atividades Operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e apresentam-se > 0 , o que indica que o esforço da entidade é suficiente para manutenção de suas atividades e que a sobra poderá ser aplicada em despesas relacionadas com o fluxo das atividades de investimento.

A variação absoluta de R\$ 1,7 bilhões foi influenciada pela redução nos desembolsos no primeiro trimestre de 2023.

O maior impacto na redução dos desembolsos ocorreu em Transferências Financeiras Recebidas, com redução de R\$ 2,7 bilhões de recebimentos de recursos financeiros para transferências aos Fundos Constitucionais, relativos à arrecadação do exercício.

As Atividades de Investimento foram em sua maioria resultantes de desembolsos com concessão de empréstimos pelos Fundos Constitucionais e a aquisição de ativos de longo prazo. Apresentaram-se < 0 , em virtude de maior desembolso do que ingressos de atividades de investimento e mostram que a entidade teve como fonte de recursos atividades operacionais.

Houve uma redução de R\$ 644 milhões nas atividades de investimento, sendo 60% em virtude da redução de concessão de empréstimos pelo Fundos Constitucionais.



Não houve Atividades de Financiamento, que impactam o tamanho e a composição do capital próprio e do endividamento da entidade.

Demonstração das Mutações do Patrimônio

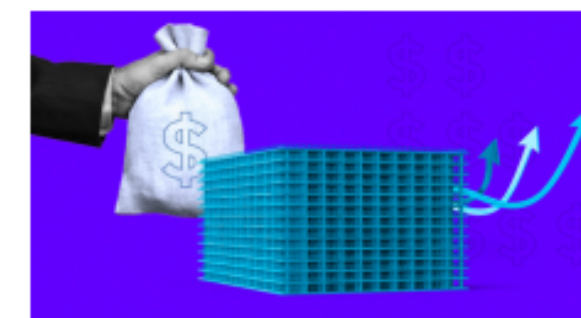
Líquido- DMPL

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL evidencia todas as movimentações, aumentos ou reduções, realizadas pelo órgão durante o exercício social, demonstrado no grupo de contas que compõem o patrimônio líquido, a saber: capital social; reservas de capital; reservas de lucros; reservas de reavaliação; ações/cotas em tesouraria, reservas de lucros ou prejuízos acumulados.

Nota 22 – Resultado do Exercício

Na apuração do resultado deste primeiro trimestre de 2023 do MIDR, ficou evidenciado saldo superavitário na ordem de R\$ 9,6 bilhões. No entanto houve redução significativa no resultado do período no valor de R\$ 17,87 bilhões, considerando a variação absoluta horizontal dos valores e confrontando com o primeiro trimestre de 2022. (tabela 25).

Essa redução ocorreu em virtude da mudança de governo em 01 de janeiro de 2023, que provocou uma estagnação nas ações do governo tendo em vista a troca de dirigentes do Órgão.



Outro fator que contribuiu para a redução do resultado foi o desmembramento do então Ministério do Desenvolvimento Regional em dois outros Ministérios, a saber: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e Ministério das Cidades, conforme Decretos nº 11.347 e nº 11.333, ambos de 1º de janeiro de 2023.

Tabela 25 - Resultado do Período

					R\$
Especificação - Contas	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	AV (%)	Var. Absoluta
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.068.419,12	-918.099.692,51	-100,12	0,01	919.168.111,63
Aumento/Redução de Capital	53.765.279,73	1.608.989.477,00	-96,66	0,55	-1.555.224.197,27
Const./Realiz. da Reserva de Reav. De Ativos	53.925.700,02	-1.332.037.878,22	-104,05	0,55	1.385.963.578,24
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	-2.199.042,48	-100,00	0,00	2.199.042,48
Resultado do Exercício	9.634.925.991,74	27.510.833.727,79	-64,98	98,88	-17.875.907.736,05
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	97.147.000,23	-100,00	0,00	-97.147.000,23
Total	9.743.685.390,61	26.964.633.591,81	-63,86	100,00	-17.220.948.201,20

Fonte: SIAFI

Nota 23 – Aumento/Redução de Capital

A conta Aumento/Redução de Capital teve resultado negativo no trimestre, no entanto demonstrou movimento na ordem de R\$ 53,76 milhões, impactada basicamente pela transferência de recursos da setorial de programação financeira do MIDR para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, para atendimento das atividades regimental daquele Órgão. (tabela 25).

Nota 24 – AFAC- Constituição/Realização da Reserva de Reavaliação de Ativos

Nesse grupo de contas obteve-se resultado acumulado no montante de R\$ 53,92 milhões, motivado basicamente pela realização da reavaliação de Ativos Máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário ocorrida no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e uma redução na realização de Obras em Andamento registrada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. (tabela 25).



Brasília-DF, 31 de março 2023.

Site

<https://www.gov.br/mdr>

Rômulo de Sousa Monteiro – Contador Responsável
CRC nº 016582/O